Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter [alínea i) do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 29 de Junho de 2007, pelas 9 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

10 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel Silva Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Augusto Teixeira Oliveira*.

2611022182

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÍLHAVO

Anúncio n.º 3806/2007

Prestação de contas do administrador (CIRE) Processo n.º 1681/05.4TBILH-H

Credor — PLÉNITÁS — Desenvolvimento e Gestão de Produtos e Processos de Inovação, L.ª, e outro(s).

Insolvente — IFAPEM — Indústria de Madeiras, L.ª

O Dr. Vítor Carlos Simões Morgado, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente IFAPEM — Indústria de Madeiras, L.ª, número de identificação fiscal 506998673, com endereço na Avenida de 25 de Abril, 36, 1.º, direito, São Salvador, 3830 Ílhavo, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

29 de Maio de 2007. — O Juiz de Direito, *Vítor Carlos Simões Morgado*. — O Oficial de Justiça, *Ana Conceição Monteiro*.

2611022100

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 3807/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 513/06.0TYLSB

Credor — Luís Carlos Venâncio Pires.

Insolvente — IKAMAR — Viagens e Turismo, L.ª

No 1.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, no dia 17 de Maio de 2007, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor IKAMAR — Viagens e Turismo, L.ª, número de identificação fiscal 504043480, com sede na Avenida da República, 44, 6.º, esquerdo, 1050-194 Lisboa.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. José Calçada Martins de Campos, com domicílio na Avenida do Brasil, 114, 1.º, direito, 1700-074 Lisboa.

São administradores do devedor:

José Agostinho Saraiva Lopes, com domicílio em Casal dos Bairros, Bom Retiro, 2600 Vila Franca de Xira;

Carlos Manuel Veiga de Macedo Carrilho, com domicílio na Rua de Sacadura Cabral, Varandas de São Pedro, fase B, 7.º, A, São Pedro do Estoril.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

22 de Maio de 2007. — A Juíza de Direito, *Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *Isabel David Nunes*.

2611022113

Anúncio n.º 3808/2007

Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 1071/06.1TYLSB

Credor — Quinta do Noval — Vinhos, S. A.

Insolvente — ARINOVA — Papel, Equipamentos e Material de Escritório, L.ª

No 1.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, no dia 21 de Maio de 2007, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor ARINOVA — Papel, Equipamentos e Material de Escritório, L.ª, número de identificação fiscal 501577734, com sede na Rua de D. Luís de Noronha, 25, A/B, Lisboa.

É administrador do devedor Filomeno de Jesus Barros Doutel, com domicílio nas traseiras do Feira Nova, Alto Forte, armazém 1, Rio de Mouro, Sintra.

Para administrador da insolvência é nomeado José Calçada Martins de Campos, com domicílio na Avenida do Brasil, 114, 1.º, direito, 1700-074 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.